

# Espírito aberto ao entendimento

LUÍS EULÁLIO DE BUENO  
VIDIGAL FILHO

A insegurança, o descredito e a desconfiança têm sido a marca registrada do Brasil dos últimos tempos. Por isso mesmo, as iniciativas governamentais não conseguem sensibilizar as categorias profissionais e as entidades responsáveis pela condução das grandes questões nacionais. É esta a razão que me faz acreditar no entendimento para o controle da inflação que empresários e trabalhadores estão conseguindo firmar. Creio na concretização de um acordo antiinflacionário, não apenas porque iniciamos a chegar ao fundo do poço, mas pelas circunstâncias que têm conduzido as negociações. Se não, vejamos.

Não poderia o entendimento partir de uma iniciativa governamental, pelas razões de incredulidade que sabemos existir para com todo o organismo do governo. Anteriormente, o governo empenhou-se em realizar tal façanha, chegou a mobilizar os segmentos diretamente envolvidos, encenou estudos à Universidade e os resultados foram frustrantes. Agora, o empresariado, consciente de sua responsabilidade histórica e à vista de um momento particularmente difícil da vida nacional, tomou a iniciativa de levar adiante a proposta. Sentiu, desde o primeiro momento, a compreensão de importantes lideranças dos trabalhadores.

Neste processo de arregimentação inicial, é bom que se diga, duas expressões aparecem com todo o vigor de sua força junto às categorias. Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), desde abril, lançava as premissas do acordo, endossadas, em princípio, pelos demais representantes do empresariado de São Paulo e por Luiz Antônio Medeiros, representando a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

A Confederação Nacional da Indústria, em âmbito mais global, também se fez presente, manifestando seu interesse e apoiando a organização de um grande acordo



contra a inflação. A classe política se arregimenta para participar ativamente do entendimento. Não se pode partir para a negociação, quando se ressente da ausência de expressões e lideranças que têm voz e peso para a arrumação de um entendimento nacional. Com os parceiros na mesa de negociação, será possível chegar-se a uma base de acordo. Algumas premissas, no entanto, precisam ser colocadas.

A primeira premissa é a que leva em consideração a situação de extrema gravidade do País. Não há base para entendimento, se não há concordância em que o País está à beira de uma grave e preocupante crise. Não há economia que resista a uma inflação de 30 a 35% por mês. E não podemos adiar, com soluções emergenciais, as medidas para sanar a calamidade econômica.

Há necessidade, em segundo lugar, de que os participes do grande encontro nacional venham para as discussões com os espíritos

desarmados, com sinceras intenções para se chegar a um consenso. Certamente, haverá contrariedade em torno de algumas questões. A questão do redutor, a indexação da economia às OTNs e os limites dos compromissos de empresários e trabalhadores ganharão muitas discussões. Os empresários irão para o diálogo do entendimento com a convicção de que serão necessários sacrifícios, pois sabem que só por meio de um amplo acordo poderão sair da crise.

Ao governo, estão reservadas amplas responsabilidades. A primeira é a de reduzir o déficit público para o nível mínimo possível. Ele tem dado demonstrações concretas de querer seguir o processo inflacionário, mas sua orientação política merece reparos. As regras da economia, agora convivendo com a textura da nova Carta, necessitam ser claras, objetivas e permanentes. Não se pode ter segurança, com o mar de dúvidas, boatos, pressões e contrapressões

que instabilizam o mercado financeiro e a economia, de um modo geral.

Há muita coisa a se aperfeiçoar no campo do enxugamento da máquina estatal, da eliminação de subsídios, da privatização de empresas, na área dos processos de conversão de dívida em capital de risco. Temos a impressão de que estão sempre testando pontos de vista ou fazendo experimentações. Louve-se, nesse temporal de dificuldades, a coerência e tenacidade da dupla Maílson-Abreu.

A classe política deve se conscientizar de que, ao lado da carga de enormes poderes que conseguiu para o Congresso na nova Constituição, precisa também assumir suas responsabilidades. As decisões sobre os rumos da economia não podem estar estribadas apenas na estreita visão populista-demagógica, que possui mero efeito discursivo e nenhum resultado prático.

Os trabalhadores, por sua vez, representados pelas lideranças de suas centrais, após a compreensão da gravidade que a todos nos cerca, hão de estabelecer tetos plausíveis para suas reivindicações, evitando atitudes imoderadas e intempestivas. Os tempos convidam ao bom senso e à análise calcada na dura realidade. Não é hora de divisões. A hora é de entendimento. Não é hora de contemplar o passado. A hora é do hoje e do amanhã. Não é hora de ficarmos parados.

Temos de confiar. Não podemos ficar apenas nas intenções. Devemos demonstrar vontade, obstinação. Se, em algum momento, houver desentendimento, não se pode abandonar o barco do diálogo. O Brasil merece, de todos nós, empresários, trabalhadores, governo e políticos, um olhar sobre o futuro. O povo brasileiro merece que dediquemos nossos esforços, nossa disposição, nossa responsabilidade em benefício de seu bem-estar. Abramos nossos espíritos.

Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho é o 1º vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e vice-presidente da Cobrasma.